

Senado faz pacto pela Cidade Digital

O projeto de lei que altera os limites do Parque Nacional de Brasília e autoriza a criação da Cidade Digital deve ser aprovado na próxima semana pelo Senado Federal. A tramitação lenta na Câmara dos Deputados, de um ano e meio, não vai se repetir. O presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), declarou ontem que se comprometeu com o Governo do Distrito Federal a colocar a proposta em regime de urgência. "A expectativa que nós temos é que, chegando numa semana, ele seja votado na semana seguinte", afirmou Calheiros. O problema agora é justamente a finalização do texto aprovado pelos deputados federais.

O governador do DF, Joaquim Roriz, encontrou-se ontem com o presidente do Senado para negociar a tramitação do projeto em regime de urgência. Após o encontro, Roriz disse estar confiante na velocidade do processo de votação. "Estou absolutamente confiante que vamos ter isso aprovado na semana que vem", disse. Roriz também apos-

ta na parceira do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para licenciar a área e permitir a construção dos prédios. "Claro que tem alguns probleminhas, mas nós somos capazes de superá-los", concluiu.

Até ontem à noite, os técnicos da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara não tinham terminado de conferir as novas coordenadas geográficas do parque. O mapa oficial, elaborado pela Companhia Imobiliária do DF (Terracap), só chegou à CCJ à tarde. A assessoria de imprensa do Banco do Brasil, principal interessado na área do novo pólo econômico, informou que a instituição vai aguardar o prazo previsto pelo presidente do Senado antes de apresentar sua decisão sobre o destino dos investimentos que pretende fazer na área. Mas o banco garante que continua interessado em instalar seu Data Center em Brasília.

Apesar da boa vontade para acelerar a apreciação do projeto, o Senado ainda pode impor entraves ao GDF e ao BB. Caso al-



RENAN CALHEIROS PROMETEU TRAMITAR PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA

gum senador apresente emendas ao texto que virá da Câmara, a proposta obrigatoriamente volta a ser submetida aos deputados, o que pode atrasar ainda mais o cronograma de construção do prédio âncora da Cidade Digital, que vai abrigar o centro de dados do BB e da Caixa Econômica Federal.

"Não posso impedir que haja emendas, mas vou trabalhar para que elas não sejam apresentadas. Esse projeto foi bastante discutido na Câmara, não acredito que haverá problemas", declarou o senador Paulo Octávio (PFL-DF). Além do apoio dos parlamentares, o senador ainda pretende conseguir que uma possível análise separada do

projeto pela Comissão de Meio Ambiente não atrase a chegada no plenário para votação.

Com a aprovação da proposta pelo Senado e sanção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o parque passa a ter uma área de 42,7 mil hectares, 12,7 mil a mais que a área atual. O novo mapa também exclui definitivamente os 123 hectares destinados à Cidade Digital da zona de preservação ambiental. O pólo de tecnologia foi projetado com a perspectiva de gerar 40 mil empregos diretos de média e alta remuneração. O secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas, garante que o interesse das empresas do ramo em se instalar no local é alto.